

Cargo: **PEDAGOGO**

PROVA OBJETIVA

ORIENTAÇÕES

• A Prova Objetiva possui 50 (cinquenta) questões, que deverão ser respondidas no período máximo de quatro horas.

• O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas.

• Não será permitido ao candidato ausentar-se em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início das provas.

• O candidato somente poderá levar o seu Caderno de Questões da Prova Objetiva e deixar em definitivo a sala de realização das provas nos últimos 120 (cento e vinte) minutos que antecederem ao término das provas.

• Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal, ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

• Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *tablets*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico. A organização deste Concurso Público não se responsabilizará pela guarda destes e de outros equipamentos trazidos pelos candidatos.

• Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie

de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.

• Durante o período de realização das provas, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro ou similares, sendo o candidato comunicado a respeito e solicitada a retirada do objeto.

• Findo o horário limite para a realização das provas, o candidato deverá entregar as folhas de resposta da prova, devidamente preenchidas e assinadas, ao Fiscal de Sala.

• O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

• Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas, use apenas caneta esferográfica azul ou preta; preencha toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão (conforme exemplo a seguir); assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

01 A B C D

1 Assinale a alternativa que NÃO mantém a correção gramatical no que diz respeito ao uso do termo “mesmo” (incluindo variações de gênero e número).

- (A) O departamento de contabilidade enviou as planilhas para as três fiscais de contrato, a fim de que as mesmas pudessem conferi-los.
- (B) O fato de esse contrato conter termos duvidosos foi a razão mesma de eu recusar-me a endossá-lo.
- (C) A atual gestão é irresponsável, mas os candidatos de oposição são o mesmo.
- (D) Você vai mesmo contrariar as ordens superiores?

2 A tirinha abaixo aborda a nova ortografia da Língua Portuguesa.

GRUMP - Orlandeli



Disponível em: <<http://galerageralcb.blogspot.com.br/2011/02/tirinha-do-novo-acordo-ortografico.html>>

Além da regra exposta na tira, é outro exemplo de mudança na ortografia oficial:

- (A) A inserção do acento diferencial na palavra pára (verbo), com o objetivo de diferenciá-la de sua homó-fona para (preposição).
- (B) A incorporação das letras k, w, y e z, fazendo com que o alfabeto passasse a ter 26 letras.
- (C) O uso opcional do hífen em palavras cujo segundo elemento começar com h. Portanto, estão corretas as grafias tanto de anti-herói quanto de antiherói.
- (D) A exclusão do acento em palavras paroxítonas com ditongos abertos tônicos ei e oi. Assim, as palavras idéia, platéia, jóia e bóia agora têm como grafia oficial, respectivamente, ideia, plateia, joia e boia.

3 Tendo em vista a modalidade padrão da língua portuguesa, a Concordância Verbal estabelece a conformidade de número e gênero entre o verbo e os elementos a que ele estiver relacionado em uma frase. Nos casos abaixo, uma das alternativas foi grafada de modo INADEQUADO. Assinale-a:

- (A) As montanhas parecem sumir diante de nossos olhos.
- (B) O ministro viajou em missão diplomática para o Estados Unidos.
- (C) Tristeza e angústia podem ser sintomas do quadro depressivo.
- (D) Um ou outro participará do evento na semana que vem.

4 “ ‘Gládio a serviço da lei’, cabe a Administração uma dupla missão: a defesa externa e a manutenção da ordem interna. Para a doutrina clássica não é outra a sua razão de ser (...)”

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 247. (Adaptado).

O acento indicativo de crase estaria CORRETAMENTE empregado em:

- (A) à serviço da lei
- (B) à defesa externa
- (C) à administração
- (D) à sua razão de ser

5 *Bullying* é um termo da língua inglesa (bully = “valentão”) que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder.

(...)

As crianças ou adolescentes que sofrem *bullying* podem se tornar adultos com sentimentos negativos e baixa autoestima. Tendem a adquirir sérios problemas de relacionamento, podendo, inclusive, contrair comportamento agressivo. Em casos extremos, a vítima poderá tentar ou cometer suicídio.

O(s) autor(es) das agressões geralmente são pessoas que têm pouca empatia, pertencentes à famílias desestruturadas, em que o relacionamento afetivo entre seus membros tende a ser escasso ou precário. Por outro lado, o alvo dos agressores geralmente são pessoas pouco sociáveis, com baixa capacidade de reação ou de fazer cessar os atos prejudiciais contra si e possuem forte sentimento de insegurança, o que os impede de solicitar ajuda.

No Brasil, uma pesquisa realizada em 2010 com alunos de escolas públicas e particulares revelou que as humilhações típicas do *bullying* são comuns em alunos da 5ª e 6ª séries. As três cidades brasileiras com maior incidência dessa prática são: Brasília, Belo Horizonte e Curitiba.

CAMARGO, Orson. “*Bullying*”; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>>. Acesso em 27 de março de 2016.

Todas as frases a seguir foram extraídas do texto. Assinale aquela na qual o “que” grifado NÃO é um pronome relativo:

- (A) No Brasil, uma pesquisa realizada em 2010 com alunos de escolas públicas e particulares revelou que as humilhações típicas do *bullying* são comuns em alunos da 5ª e 6ª séries.
- (B) *Bullying* é um termo da língua inglesa (bully = “valentão”) que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas.
- (C) As crianças ou adolescentes que sofrem *bullying* podem se tornar adultos com sentimentos negativos e baixa autoestima.
- (D) O(s) autor(es) das agressões geralmente são pessoas que têm pouca empatia, pertencentes à famílias desestruturadas, em que o relacionamento afetivo entre seus membros tende a ser escasso ou precário.

6 Observe a imagem a seguir:

“VOU ALI COMER GENTE.”



E POR CAUSA DE UMA VÍRGULA,
VOCÊ VIRA CANIBAL...

Disponível em: <<http://mulhervintage.com/2015/12/07/uma-virgula-muda-tudo/>> Acesso em 27 mar. 2016.
“Adaptado”

Na frase, o humor decorre de que deveria haver uma vírgula antes da palavra “gente”, pois:

- (A) A palavra “gente” não está exercendo a função de objeto direto, mas de aposto.
- (B) A palavra “gente” não está exercendo a função de objeto indireto, mas de sujeito.
- (C) A palavra “gente” não está exercendo a função de objeto direto, mas de vocativo.
- (D) A palavra gente não está exercendo a função de sujeito, mas de agente da passiva.

7 O “Manual de Redação da Presidência da República” é uma obra destinada a uniformizar as normas de redação de atos e comunicações oficiais. Pode ser considerada como guia para a redação oficial e deve ser consultada toda vez que houver dúvidas sobre a redação de um documento oficial. Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o que preconiza o Manual:

- (A) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
- (B) Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento digníssimo (DD) às autoridades, pois a dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.
- (C) Doutor não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Como regra geral, o termo deve ser utilizado apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado.
- (D) O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Estão estabelecidos e consagrados quinze fechos que devem ser utilizados em conformidade com as respectivas modalidades de comunicação oficial.

8 Assinale a alternativa que apresenta falha de paralelismo sintático:

- (A) Trata-se de questões extremamente complexas, para as quais necessito de ajuda na resolução.
- (B) Às vezes, não me importo em fazer as vezes de coordenador e organizar o serviço em meu departamento.
- (C) Gostei e concordo com todas as propostas que o candidato apresentou sobre a área de educação.
- (D) Admiro-o imensamente; é um homem por cujo respeito faço questão de zelar.

9 Um *software* - recentemente adquirido - só pode ser executado em ambiente *Linux(tm)*, em uma corporação onde todos os demais *softwares* são executados em ambiente *Windows(tm)*. Visto que esse novo *software* deve ser instalado em TODOS os equipamentos, qual das ações abaixo descrevem possíveis soluções a serem adotadas?

I) Remover o ambiente *Windows(tm)* de todos os equipamentos, substituindo pelo ambiente *Linux(tm)*;

II) Instaura-se uma nova partição nos discos das máquinas que necessitam executar o novo *software*, instalando o ambiente *Linux(tm)*, mantendo o ambiente *Windows(tm)* existente;

III) Instalar, dentro do ambiente *Windows(tm)*, um emulador de ambiente *Linux(tm)*, e dentro desse ambiente emulado, realizar a instalação do *software* em questão.

- (A) I e III, apenas
- (B) I e II, apenas
- (C) I, II e III
- (D) II e III, apenas

10 Sobre computação em nuvem (*cloud computing*) e armazenamento de dados na nuvem (*cloud storage*), considere:

I- Virtualização é sinônimo para computação em nuvem;

II- O armazenamento de dados em nuvem privada tem infraestrutura própria e atende, a uma única organização, exclusivamente;

III- Cortar custos operacionais é uma função da computação em nuvem.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III
- (B) II e III
- (C) III
- (D) I e II

11 Sobre aplicativos de segurança e maneiras de ajudar a proteger seu computador, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Um *firewall* é um programa de computador concebido para prevenir, detectar e eliminar vírus e *spywares* de um computador.
- (B) Um *software* antivírus age interceptando e impedindo a difusão de conexões não autorizadas e/ou nocivas em uma rede.
- (C) Um sistema operacional pode seguir uma rotina de verificar, mas nunca instalar automaticamente atualizações para o seu computador.
- (D) Um firewall pode se apresentar sob a forma de *hardware*.

12 “A internet é a rede eletrônica de comunicação mundial. Interliga milhões de computadores de todos os tipos e tamanhos operados em todas as partes do mundo.”

(Velloso, Fernando de Castro, *Informática: Conceitos básicos*. 8a Edição. Editora Campus, 2011).

Neste contexto, analise as afirmações a seguir:

I – Uma “URL” (*Uniform Resource Location*), é um endereço eletrônico virtual particular de um sítio;

II – Um “link”, é um ponto de conexão que contem o endereço de um sítio da internet;

III – Sítios são escritos em *HTML* e acessados por um Navegador, como o *Microsoft Outlook* por exemplo;

IV – São exemplos de *Web Browser* (Navegadores): *Internet Explorer*, *Firefox Mozilla*, *Safari e Chrome*;

V – *HTTP*, *HTTPS* e *FTP* são protocolos de transferência de dados utilizados na internet.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As afirmativas I, II, IV e V estão corretas.
- (B) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) As afirmativas III, IV e V estão corretas.

13 Sobre certificação digital, leia as afirmações a seguir.

I- A certificação digital é uma ferramenta que permite que aplicações como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas de governo eletrônico, entre outras, sejam realizadas;

II- São transações feitas de forma virtual, ou seja, sem a presença física do interessado, mas que demanda identificação clara da pessoa que a está realizando pela intranet;

III- Os certificados contêm os dados de seu titular, como nome, número do registro civil, assinatura da Autoridade Certificadora que o emitiu,

entre outros, conforme especificado na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) Todas
- (B) Somente I
- (C) Somente I e II
- (D) Somente I e III

14 O *Ms Word 2013* e o *BrOffice Writer* são *softwares* editores de textos. Qual comando abaixo executa a mesma função nos dois *softwares*?

- (A) CTRL + I
- (B) CTRL + S
- (C) CTRL + O
- (D) CTRL + A

15 Armazenamento de dados em nuvem (*cloud storage*) utiliza _____ espalhados geograficamente. Exemplos de serviços de armazenamento em nuvem são: *Dropbox*, que pode ser acessado na forma de _____ e _____; *Google Drive*, que além do armazenamento em nuvem também disponibiliza _____; *Cloud Drive*, serviço disponibilizado pela _____ que oferece uma conta gratuita com espaço limitado de armazenamento e *OneDrive*, serviço disponibilizado pela _____.

Leia o texto a seguir e escolha a alternativa que preenche corretamente a sequência de lacunas:

- (A) múltiplos serviços, servidores, clientes, acesso às redes sociais, *Microsoft*, *Google*.
- (B) múltiplos serviços, navegadores, aplicativos, edições compartilhadas de documentos, *Apple*, *Microsoft*.
- (C) múltiplos servidores, navegadores, aplicativos, edições compartilhadas de documentos, *Amazon*, *Microsoft*.
- (D) múltiplos servidores, servidores, clientes, aplicativos de redes sociais, *Google*, *Amazon*.

16 Na Língua Portuguesa é comum dizermos “não vi ninguém” ou “não tinha nada ali” – o que está correto segundo o ponto de vista do nosso idioma, de nossa fala corrente do cotidiano. No entanto, essa estrutura não pode ser considerada quando se está buscando analisar logicamente uma situação. Dizer que não existe nenhuma sala vazia na escola equivale a dizer que:

- (A) Todas as salas estão vazias na escola.
- (B) Pelo menos uma sala não está vazia na escola.

- (C) Pelo menos uma sala está vazia na escola.
- (D) Nenhuma sala está vazia na escola.

17 Um professor pretende distribuir vinte brindes (numerados de 1 a 20) entre os quinze alunos de sua classe. Ele afirma que todos os brindes serão sorteados aos alunos, bem como todos os alunos receberão ao menos um brinde. Sendo assim, é possível indicar que o máximo de brindes que um mesmo aluno poderá receber será de:

- (A) 6
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 5

18 Define-se:

A união de conjuntos como:
 $A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$;

A interseção de conjuntos como
 $A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$;

A diferença de conjuntos como
 $A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}$;

Dados os seguintes conjuntos:

$$A = \{-1, 0, 2, 4, 5\}; \quad B = \{x \in \mathbb{N} | 2 \leq x < 8\}$$

onde \mathbb{N} representa o conjunto dos números naturais.

Com base nesses conjuntos, analise os itens a seguir:

I: $A \cup B = \{-1, 0, 2, 4, 5, 8\}$;

II: $A \cap B = \{2, 4, 5\}$;

III: $A - B = \{-1, 0\}$.

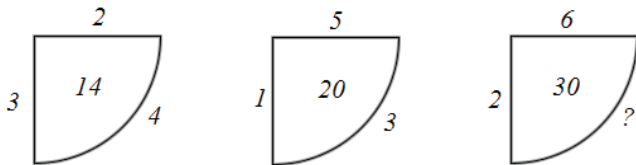
Estão CORRETOS:

- (A) somente os itens I e II
- (B) somente os itens I e III
- (C) todos os itens
- (D) somente os itens II e III

19 É sabido que o setor de Gestão de Pessoas de determinado Órgão participou de duas capacitações ao longo do mês. Um grupo de dez servidores participou de um curso sobre o uso do sistema SIGEPE; e, um grupo de quinze servidores participou de um curso relacionado à folha de pagamento. Assim, considerando que existem apenas vinte e dois servidores na gestão de pessoas desse Órgão, indique quantos servidores participaram ou do primeiro ou do segundo curso.

- (A) 3
- (B) 19
- (C) 22
- (D) 25

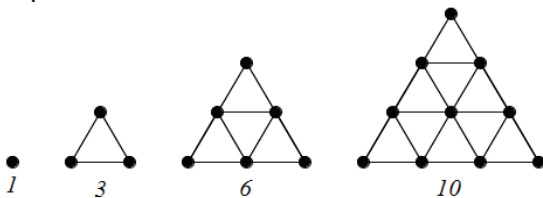
20 Observe as figuras a seguir:



Sabendo que há um padrão entre os números representados em cada figura, qual número completa ADEQUADAMENTE a última imagem?

- (A) 3
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 5

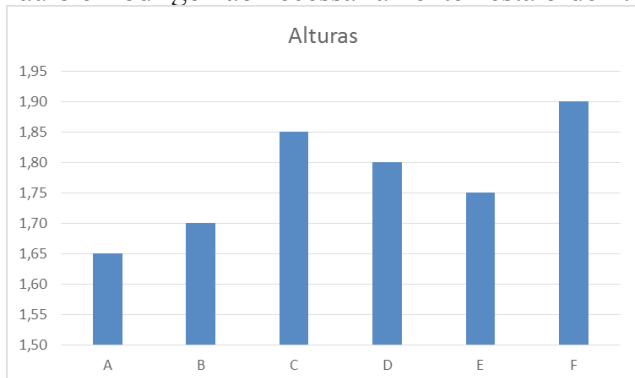
21 Na figura a seguir temos a representação de uma sequência de números triangulares, desenvolvidos por Gauss em 1788.



Qual o número de “●” (pontos) no 20º termo desta sequência?

- (A) 200
- (B) 190
- (C) 210
- (D) 231

22 O gráfico a seguir mostra as alturas A, B, C, D, E e F de seis amigos: Jonas, Caio, Bruno, Hamilton, Paulo e Rodrigo não necessariamente nesta ordem:



Com relação ao gráfico são dadas as seguintes informações:

- Caio tem 1,65 m de altura.
- Hamilton tem 20 centímetros a mais de altura que Caio e 5 centímetros a mais de altura que Rodrigo.
- Jonas tem 5 centímetros a mais de altura que Paulo e 15 centímetros a menos de altura que Bruno.

De acordo com as informações apresentadas no gráfico e com os dados informados identifique a alternativa que associa CORRETAMENTE cada um dos seis amigos com cada uma das alturas (A, B, C, D, E e F) representadas no gráfico:

- (A) A – Caio; B – Paulo; C – Hamilton; D – Rodrigo; E – Jonas; F – Bruno
- (B) A – Caio; B – Bruno; C – Paulo; D – Rodrigo; E – Jonas; F – Hamilton
- (C) A – Caio; B – Paulo; C – Jonas; D – Hamilton; E – Rodrigo; F – Bruno
- (D) A – Caio; B – Jonas; C – Bruno; D – Rodrigo; E – Hamilton; F – Paulo

23 Sobre a Lei n. 11.091/2005, considere as seguintes afirmativas:

- I. Os cargos do Plano de Carreira são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, A, B, C, D e E;
- II. Cada nível de classificação possui 5 níveis de capacitação;
- III. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de classificação;
- IV. Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior à exigida para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- (A) I e III
- (B) I e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV

24 De acordo com o art. 19 da Lei n. 8.429/1992, constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. É CORRETO afirmar que a pena é de:

- (A) Detenção de seis a dez anos e multa.
- (B) Internação de seis a dez meses e multa.
- (C) Reclusão de seis a dez meses e multa.
- (D) detenção de seis a dez meses e multa.

25 Em se tratando das disposições estabelecidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União (Lei n. 8.112/90), considere as seguintes afirmações:

- I- Ao servidor é permitido recusar fê a documentos públicos;
- II- Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

- III- O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício regular de suas atribuições;
IV- Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses;
V- O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido;
VI- A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Assim, das alternativas propostas,

- (A) Estão corretas a I, a II e a IV
- (B) Estão corretas a III, a IV e a VI
- (C) Estão corretas a IV, a V e a VI
- (D) Estão corretas a II, a IV e a V

26 Considerando o disposto no Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994, assinale a resposta CORRETA:

- (A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de Demissão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- (B) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento suscetível de suspensão.
- (C) É dever fundamental do servidor público abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (D) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços, sempre de natureza permanente, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

27 A Lei n. 8.429/92, ao definir a tipificação dos atos de improbidade administrativa, instituiu termos genéricos e abrangentes para a definição e qualificação das condutas improbas, agrupando-os em três categorias, conforme o bem jurídico atingido. Indique a alternativa que apresenta CORRETAMENTE as três categorias, conforme descritas na Lei n. 8.429/92:

- (A) Atos de improbidade que importam enriquecimento próprio; atos de improbidade que causam prejuízo à União; atos de improbidade que atentam contra os Princípios da Administração Pública.
- (B) Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito; atos de improbidade que causam prejuízo ao erário; atos de improbidade que atentam contra os Princípios da Administração Pública.
- (C) Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito; atos de improbidade que causam prejuízo à União; atos de improbidade que atentam contra as normas da Administração Pública.
- (D) Atos de improbidade que importam enriquecimento próprio; atos de improbidade que causam prejuízo à União; atos de improbidade que atentam contra as normas da Administração Pública.

28 Conforme expresso no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n. 1.171/94), os atos, comportamentos e atitudes dos servidores públicos serão direcionados para:

- (A) Dignidade e zelo da coisa pública.
- (B) Nortear o serviço público.
- (C) Preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- (D) Decidir entre o justo e o inconveniente.

29 Constitui ato de improbidade administrativa (Lei n. 8429/92), que atenta contra os Princípios da Administração Pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- (A) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (B) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (C) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- (D) Frustrar a licitude de concurso público.

30 Constitui ato de improbidade administrativa (Lei n. 8429/92), que causam prejuízo ao erário:

- (A) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (B) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (C) Negar publicidade aos atos oficiais.
- (D) Frustrar a licitude de concurso público.

31 O Pedagogo, nos Institutos Federais, tem como um dos desafios possibilitar discussões sobre a efetivação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Marise Ramos, no artigo “Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado”, publicado na obra “Ensino Médio Integrado: concepção e contradição” (FRIGOTTO, G.; CIAVATTA; M. RAMOS, M. ORG. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012), faz a seguinte afirmação: “Um projeto de Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico tendo como eixos o trabalho, a ciência e a cultura, deve buscar superar o histórico conflito existente em torno do papel da escola, de formar para cidadania ou para o trabalho produtivo e, assim, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para a ciência e tecnologia.”

Diante dessa conceituação, das práticas pedagógicas e da atuação do Pedagogo nos Institutos Federais, assinale a alternativa CORRETA em relação ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional:

- (A) O Ensino Médio Integrado deve ser valorizado nos Institutos Federais visto que potencializa a justaposição de conteúdos propedêuticos e profissionalizantes.
- (B) Uma das possibilidades de efetivação da integração entre Ensino Médio e Técnico seria a utilização de metodologias que promovam, prioritariamente, a instrumentalização das técnicas nas salas de aula em detrimento a formação humanística.
- (C) O Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico necessita da adição de um ano aos três do Ensino Médio, pois assim, alcança-se, no 4º ano, a possibilidade de se ministrarem, mais intensamente, os conteúdos técnicos. Essa estrutura “3 + 1” (3 anos de Ensino Médio + 1 de Ensino Técnico) é a ideal para a efetivação da integração.

- (D) Para possibilitar a integração é fundamental problematizar os fenômenos, compreendendo-os em suas múltiplas perspectivas como a tecnológica, a econômica, a histórica, a ambiental, a social, a cultural, dentre outras. Assim, o estudante, diante de fatos e situações significativas e relevantes, tem a possibilidade de compreender o mundo em que vive, bem como processos tecnológicos da área profissional para a qual se pretende formar.

32 Criados no final de 2008, os Institutos Federais possuem inúmeros desafios frente a sua institucionalização. A Resolução 06/2012 do Conselho Nacional de Educação, que institui as diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, além das temáticas “Educação profissional e tecnológica no Brasil: contexto, história e políticas” e “Metodologia do processo de ensino-aprendizagem”, trata em seu artigo 6º dos princípios norteadores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Dentre esses princípios, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Deve-se promover discussões acerca do respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional, não havendo necessidade de debates relacionados ao acesso, permanência e êxito dos estudantes nos Institutos Federais;
- (B) Deve-se promover, nos Institutos Federais, a interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- (C) Deve-se promover, nos Institutos Federais, a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- (D) É princípio a ser alçado pelos Institutos Federais o trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular.

33 No Plano Nacional de Educação – PNE (Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014) são apresentadas dez diretrizes para a educação.

Leia as afirmativas sobre estas diretrizes e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- () erradicação do analfabetismo;
- () ampliação da rede técnica federal por meio de instituições federais e/ou parcerias;
- () superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- () melhoria da qualidade da educação.

- (A) V, V, V, V
- (B) F, V, V, F
- (C) V, F, V, V
- (D) V, V, F, V

34 O artigo 16 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996) apresenta a organização do Sistema Federal de Ensino. Assinale a alternativa que contemple de forma CORRETA a composição do Sistema Federal de Ensino.

- (A) I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos federais de educação;
- (B) I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal; II - as instituições de Educação Superior mantidas pelo Poder Público municipal; III - as instituições de Ensino Fundamental e Médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- (C) I - as instituições de Ensino Fundamental públicas e/ou mantidas pela iniciativa privada; II - as instituições de Educação Superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos federais de educação;
- (D) I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de educação criadas pelo Distrito Federal; III - os órgãos federais de educação.

35 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) prevê em seu artigo 24 ao determinar a organização da Educação Básica alguns critérios para a avaliação do rendimento escolar. Leia as afirmativas a seguir:

- I- avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- II- impossibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- III - possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- IV - obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Estão CORRETAS as alternativas:

- (A) I, II e IV
- (B) I, II, III e IV
- (C) I, III e IV
- (D) I e IV

36 Para organizar o ano letivo e a divisão das turmas do Ensino Médio no IFSP, o pedagogo deve se balizar pelo que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. De acordo com esta Lei, quais assertivas estão CORRETAS?

- I) Um estudante transferido de uma instituição educacional situada em um país localizado em outro continente não poderá ser reclassificado;
- II) Caso o município apresente condições climáticas peculiares, a instituição poderá realizar adequações no calendário escolar, mantendo as horas letivas previstas na Lei;
- III) Para o ensino de Artes e Línguas Estrangeiras, permite-se organizar classes ou turmas com alunos de séries distintas, respeitando-se o nível equivalente de adiantamento na matéria;
- IV) A carga horária mínima anual é de oitocentas horas, que devem estar distribuídas entre os duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluído o tempo reservado aos exames finais;
- V) A possibilidade de acelerar os estudos para alunos com atraso escolar e a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado são critérios para verificar o rendimento escolar.

- (A) Apenas a III
- (B) II, III, IV e V
- (C) II, III e V
- (D) I, III e V

37 O educador Paulo Freire, em seu livro **Pedagogia da Autonomia**, elenca uma série de saberes e exigências para o ensino. Dentre as alternativas a seguir, qual a única que NÃO apresenta correlação entre os saberes e exigências e a argumentação?

- (A) Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade. A segurança com que a autoridade docente se move implica a que se funda em sua competência profissional. O professor deve levar a sério sua formação, estudando, se esforçando para estar à altura de sua tarefa. Generosidade é uma qualidade indispensável à autoridade, pois o comportamento mesquinho inferioriza a tarefa formadora da autoridade.
- (B) Ensinar exige pesquisa e respeito aos saberes dos educandos. Não há ensino sem pesquisa e vice-versa, pois enquanto ensinamos, buscamos, indagamos. Devemos pesquisar para conhecer o que ainda não conhecemos e comunicar ou anunciar a novidade. A escola deve respeitar os saberes dos educandos, sobretudo os das classes populares, discutindo com eles a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.
- (C) Ensinar exige alegria e esperança. Existe uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa – enquanto clima ou atmosfera do espaço pedagógico – e a esperança, sendo esta uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, um condimento indispensável à experiência histórica.
- (D) Ensinar exige autoridade e retirar os aspectos ideológicos da educação. É tranquilamente solucionável a tensão entre a autoridade e a liberdade, pois já superamos a tradição autoritária nas salas de aula. A ideologia deve ser deixada fora da sala de aula, explicitando a verdade dos fatos para que os estudantes tomem consciência, por si próprios, a partir dos elementos apresentados.

38 Em relação aos aspectos históricos da Pedagogia em nosso país, Dermeval Saviani apresenta uma pertinente contribuição em sua obra **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Correlacione devidamente a coluna do período com as características.

- I) Primeiro Período – As ideias pedagógicas no Brasil entre 1549 e 1759;
- II) Segundo Período – As ideias pedagógicas no Brasil entre 1759 e 1932;
- III) Terceiro Período – As ideias pedagógicas no Brasil entre 1932 e 1969;

IV) Quarto Período – As ideias pedagógicas no Brasil entre 1969 e 2001.

() Período em que ocorre o desfecho da contradição modelo econômico *versus* ideologia política e no qual emerge e predomina a concepção produtivista de educação, além de ser apresentada a doutrina da interdependência.

() Período que aborda as relações entre os jesuítas e o sistema mercantil, sendo os bens divinos administrados temporalmente. Vigora uma coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional.

() Período que traz a unidade do processo no plano da linguagem a partir da raiz etimológica comum à colonização, à educação e à catequese, ocorrendo o monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional.

() Período que destaca tanto a modernização da agricultura cafeeira quanto a questão da industrialização, predominando a pedagogia nova.

(A) III – II – I – IV

(B) IV – II – I – III

(C) IV – I – II – III

(D) IV – II – III – I

39 A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 26 que o currículo do Ensino Médio deve ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Quanto ao componente curricular de educação física, a referida lei permite sua prática facultativa ao aluno:

I- que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a 4 (quatro) horas;

II- que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

III- maior de 20 (vinte) anos de idade;

IV- que tenha prole;

V- amparado pelo Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969.

Estão CORRETAS apenas as afirmativas:

(A) I, II e V

(B) I, II, III

(C) I, III e IV

(D) II, IV e V

40 Em 17 de junho 2004, o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno produziu a Resolução n. 1 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sobre essa Resolução é INCORRETO afirmar:

- (A) O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei n. 10.639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura, Geografia e História do Brasil.
- (B) A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial.
- (C) O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.
- (D) A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas.

41 O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência por dez anos, foi aprovado em 2014 pela Lei n. 13.005. A referida lei traz em seu anexo 20 (vinte) metas para serem cumpridas no prazo de vigência deste PNE. Marque V (Verdadeiro) ou F (Falso) para as afirmativas a seguir.

- () A Meta 3 prevê universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- () A Meta 4 prevê universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, exclusivamente na rede regular de ensino, com

a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos.

- () A Meta 10 prevê oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.
- () A Meta 17 prevê valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
- () A Meta 19 prevê garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.
- () A Meta 20 prevê ampliar progressivamente o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (A) V, V, F, F, V, V
- (B) F, V, V, V, F, F
- (C) V, F, V, V, F, F
- (D) F, F, V, F, V, V

42 O artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9394/96, estabelece uma série de ações que o Estado deve garantir visando à efetivação da oferta de educação escolar pública. Analise as seguintes proposições:

- I - Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: Pré-Escola; Ensino Fundamental; Ensino Médio;
- II - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a condição socioeconômica de cada um;
- III - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- IV - Vaga na escola pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 5 (cinco) anos de idade.

Estão CORRETAS as alternativas:

- (A) I, III
- (B) I, III e IV
- (C) I, IV
- (D) Todas as alternativas estão corretas

43 O Plano Nacional de Educação foi aprovado em 2014, pela Lei n. 13.005 e estabelece, para um prazo de dez anos, vinte metas para a educação pública brasileira. Conforme o artigo 8º da Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE. Sendo assim, os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I - Assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - Considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - Garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - Promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

Estão CORRETAS as alternativas:

- (A) I, II, IV
- (B) I, III, IV
- (C) I, II, III
- (D) Todas as alternativas estão corretas

44 No artigo “Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos”, CANDAU (2012) expõe que:

No plano nacional, a partir da Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, que incorporou fortemente a afirmação dos Direitos Humanos, o Estado brasileiro tem feito um esforço sistemático orientado à defesa e proteção dos direitos fundamentais e, respondendo em muitas ocasiões às demandas de diferentes movimentos sociais (...). Hoje possuímos um significativo conjunto normativo e de políticas públicas centradas na proteção e promoção dos Direitos Humanos.

(CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos*. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: mar.2016)

Conforme a autora, nesta perspectiva:

- (A) Cresce a convicção de que basta construir um arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos direitos humanos para penalizar aqueles que não respeitam as diferenças.
- (B) São fundamentais os processos de distribuição de renda e acesso ao patrimônio cultural da sociedade.
- (C) Se estes princípios não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos Direitos Humanos na nossa sociedade.
- (D) Na sociedade brasileira, a impunidade, as múltiplas formas de violência, a desigualdade social, a corrupção, as discriminações e a fragilidade da efetivação dos direitos juridicamente afirmados não se constituem em uma realidade atual.

45 Maria, professora responsável por uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, aplicou uma avaliação escrita a seus alunos em meados do primeiro bimestre e os resultados da avaliação indicaram que seria necessária uma mudança didática, pois a maioria da turma não alcançou os resultados planejados para aquele período. Considerando o que dispõem os Parâmetros Curriculares Nacionais, pode-se concluir que Maria utilizou-se do instrumento de avaliação de maneira adequada, pois, segundo este documento, os procedimentos de Avaliação devem subsidiar elementos para que o professor

- (A) Observe os avanços e quantifique a aprendizagem alcançada pelos alunos ao final de um período de trabalho, de modo que quem acerta mais questões tem nota maior do que quem acerta menos.
- (B) Verifique quais alunos prestaram atenção nas explicações e quais não prestaram, para poder, posteriormente, traçar estratégias para prender a atenção daqueles que não prestaram.
- (C) Quantifique e qualifique a aprendizagem, atribuindo notas insatisfatórias aos alunos que não alcançaram os objetivos traçados, para que estes tenham o direito de realizar a recuperação e para que os pais estejam cientes do desempenho ruim de seus filhos.
- (D) Reflita continuamente sobre sua prática e sobre uma possível retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo.

46 A prefeitura de um município paulista encaminhou à Câmara de Vereadores projeto para aprovação de abertura de uma universidade pública municipal e oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Considerando o que dispõe a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, este projeto:

- (A) Deve ser rejeitado já que, aos municípios, é permitida a atuação somente na Educação Infantil e, com prioridade, no Ensino Fundamental.
- (B) Deve ser condicionado à comprovação de que nem a União nem o Estado têm interesse ou orçamento suficiente para oferecer Educação Superior naquele Município.
- (C) Deve ser condicionado à autorização da União e comprovação de o Município atender plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal.
- (D) Deve ser aprovado sem ressalvas, já que a competência educacional é prerrogativa da família e do Estado, de modo que qualquer família ou esfera de governo podem oferecer cursos de graduação e pós-graduação conforme suas possibilidades, independente de autorização.

47 Clarinha completou 6 anos em dezembro de 2015. No início de 2016 a mãe dela procurou uma escola pública com oferta de Ensino Fundamental próxima de sua casa para pleitear matrícula naquele nível de ensino. Considerando o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/1996, a escola deve:

- (A) Deferir a solicitação da mãe, desde que a menina seja aprovada em exame de suficiência aplicado pela escola para comprovar que tem condições de ingressar no Ensino Fundamental antes da idade mínima prevista em lei.
- (B) Deferir a solicitação da mãe, já que a menina tem 6 anos e, portanto, direito de ingressar no Ensino Fundamental.
- (C) Deferir a solicitação da mãe, mas encaminhar o caso ao Conselho Tutelar, para verificação de responsabilidade pelo atraso na matrícula, já que a lei determina que esta deve ser feita no ano em que a criança completa 6 anos.
- (D) Indeferir a solicitação da mãe, já que a menina só completará 7 anos no final do ano civil, tendo direito a matrícula no Ensino Fundamental apenas no ano seguinte.

48 Caracterizado como uma proposta que confluía ações complexas, articulando desafios políti-

cos e pedagógicos e buscando uma escola vinculada ao mundo do trabalho, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica elaborou o documento Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, publicado em 2007. De acordo com este documento base, marque V (Verdadeiro) para as elaborações corretas e F (Falso) para as elaborações erradas.

() Segundo dados do IBGE, em 2002, o Brasil possuía mais de 23 milhões de jovens entre 18 e 24 anos, a maior parte devidamente escolarizada e com emprego no trabalho formal garantido, pois as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos encontravam-se bem articuladas com a Educação Básica e a formação para o trabalho.

() A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com sua tradição de ofertar cursos de excelência, compõe a oferta da EJA no Brasil com experiências inovadoras, integrando a Educação Básica à formação profissional, produzindo uma formação essencialmente integral.

() Uma nação desenvolvida depende exclusivamente da educação, principalmente a Educação Profissional e Tecnológica, que é capaz de forjar e gerar desenvolvimento, trabalho e renda.

() Ações concomitantes de curto, médio e longo prazos são exigidas pelo tempo das políticas e da realidade histórica da educação para atender ao horizonte constitucional de universalizar o acesso à Educação Básica até o Ensino Médio.

() Romper com a dualidade estrutural cultural geral *versus* cultura técnica deve ser um aspecto básico norteador de um programa que tenha como marcos referenciais uma política educacional de direito. Não se pode ofertar uma educação academicista para os filhos das classes favorecidas socioeconomicamente e uma educação instrumental voltada para o trabalho para os filhos da classe trabalhadora.

(A) V – F – V – F – F

(B) F – V – V – V – F

(C) F – F – F – V – V

(D) F – V – F – V – V

49 Dermeval Saviani em seu livro **Escola e Democracia** (2008), no capítulo “As teorias da educação e o problema da marginalidade” destaca o grande número de estudantes que desertavam das escolas em condições de semi-analfabetismo ou de analfabetismo potencial e o amplo contingente de crianças que mesmo em idade escolar não

têm acesso à escola e que, portanto, encontram-se *a priori* marginalizadas dela. No tocante à questão da marginalidade, Dermeval Saviani classifica as teorias educacionais em dois grupos, denominando-as de “teorias não-críticas” e “teorias crítico-reprodutivista”. Em relação às teorias não-críticas, Saviani relaciona a “Pedagogia Tradicional”, “Pedagogia Nova” e “Pedagogia Tecnicista”.

1- Pedagogia Tradicional	() O marginalizado não é, propriamente, o ignorante, mas o rejeitado. A aprendizagem seria uma decorrência espontânea do ambiente estimulante e da relação viva que se estabeleceria entre os estudantes e entre estes e o professor.
2- Pedagogia Tecnicista	() A escola surge como um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente.
3- Pedagogia Nova	() Inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional.

Tendo como referência o texto de Saviani supracitado, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, relacionando a primeira coluna com a segunda.

- (A) 3, 2, 1
- (B) 1, 2, 3
- (C) 3, 1, 2
- (D) 1, 3, 2

50 A Resolução n. 1, de 3 de fevereiro de 2005 atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Neste documento estão contidos a organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e suas formas de oferta. Sobre as formas de oferta, leia as afirmativas a seguir e assinale a que contempla, de forma CORRETA, a organização da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- (A) I. Integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II. Paralela, no mesmo estabelecimento

de ensino ou em instituições de ensino desde que sejam públicas (municipais, estaduais ou federais); e III. Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

- (B) I. Integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II. Concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e III. Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
- (C) I. Conjunta, no mesmo estabelecimento de ensino, desde que o estudante tenha concluído o Ensino Fundamental em escola pública; II. Concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e III. Posterior, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental.
- (D) I. Integrada, no mesmo estabelecimento público de ensino, contando com matrícula única para cada aluno, desde que o estudante já tenha concluído o Ensino Médio; II. Concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e III. Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental.